

OTRA MIRADA SOBRE EL CORONELISMO DEL INTERIOR DE BAHIA NORESTE BRASILERO: LA TRAYECTORIA DE UN CORONEL NEGRO

Moiseis de Oliveira Sampaio
UNEB

Resumen

El objetivo de este artículo es posibilitar otro análisis sobre el coronelismo en el interior del Estado de Bahía, noreste de Brasil, a través de la trayectoria del Coronel Negro Francisco Dias Coelho, un descendiente de ex esclavos que adquirió fortuna con el comercio de piedras preciosas, y que conjuntamente con otros comerciantes dominaron la política local y regional de una manera que no ha sido estudiada por los científicos políticos brasileños en las décadas de sesenta y setenta del siglo XX en Bahía.

Palabras-clave:

coronelismo, negros, Bahía, sertão, Chapada Diamantina, carbonato

Abstract:

The objective of this article is to make an analysis the Coronelismo in the interior of Bahia, northeast of Brazil, through the trajectory of black Colonel Francisco Dias Coelho. He was an descendant of ex slaves. Won their fortune in the trade in precious stones, and together with other merchants dominate the local and regional policy in a way not considered by political scientists in the decades of sixties and seventies of the twentieth century in Bahia.

Keywords:

coronelismo, negroes, Bahia, Sertão, Chapada Diamantina, carbonate

Resumo:

O objetivo deste artigo é possibilitar outra análise sobre o coronelismo no interior do Estado da Bahia, nordeste do Brasil, através da trajetória do Coronel Negro Francisco Dias Coelho, um descendente de ex-escravos que adquiriu fortuna com o comércio de pedras preciosas, e juntamente com outros comerciantes dominaram a política local e regional de uma maneira ainda não estudada pelos cientistas políticos brasileiros das décadas de sessenta e setenta do século XX na Bahia.

Palavras-chave:

coronelismo, negros, Bahia, sertão Chapada Diamantina , carbonato

Recibido con pedido de publicación el 12/02/2011

Aceptado para su publicación el 13/04/2011

Versión definitiva recibida el 28/06/2011

INTRODUÇÃO

A Chapada Diamantina é uma região de serras, localizada no centro do Estado da Bahia, Brasil. É um altiplano extenso, com altitude que varia entre 800 e 1200 metros acima do nível do mar, com uma extensão de 38.000 km². Desde o século XVII, foi uma das mais importantes áreas econômicas da Bahia, seja por nela nascerem a maioria dos mais importantes rios da província que possibilitaram a formação de extensas pastagens naturais, favorecendo a pecuária extensiva, ou pelos diamantes e carbonatos que despontaram como alternativa econômica, que propiciou o enriquecimento de comerciantes de pedras preciosas no final do século XIX e início do XX.

Tanto as fazendas, quando o comércio de diamantes, promoveram elites que influíam politicamente na Bahia. De meados a fins do século XIX, os coronéis sertanejos da Chapada se beneficiavam do intenso contato econômico com a capital. Embora influentes, poucos destes coronéis foram estudados, a maioria ficou excluída da historiografia baiana até os dias de hoje. Políticos baianos como Quintino Soares da Rocha, Francisco Dias Coelho e Horácio de Matos, exerceram o mando político por décadas, apesar disso, somente o coronel Horácio, despontou como exemplo de coronel, e foi seguramente o mais estudado de todos os chefes políticos baianos nesse período.

O coronel negro Francisco Dias Coelho foi em sua época o mais importante líder político sertanejo, dominando ou influenciando politicamente grande parte do interior baiano, e estendendo a sua influência às mais altas esferas políticas do estado da Bahia no fim do século XIX e início do século XX.

Apesar de toda essa importância, nunca foi estudado, o máximo que se tem sobre o mesmo na historiografia baiana são algumas linhas em trabalhos sobre o coronelismo, que tinham como ponto de partida outros coronéis que constituíram a base de análise para o coronelismo na Bahia, principalmente nos anos sessenta e setenta.

A trajetória deste personagem permite outro olhar sobre este fenômeno político brasileiro, percebendo nuances ocultas na época destes estudos, como ascensão de subalternos ao poder político e econômico, estratégias de dominação e até mesmo as relações sociais e políticas inerentes à maneira como cada chefe político local conduzia os seus comandados.

1. ESTUDOS SOBRE O CORONELISMO NA BAHIA NAS DÉCADAS DE SESSENTA E SETENTA DO SÉCULO XX

Nas décadas de 1960 e 1970, o coronelismo baiano foi conceituado como um fenômeno político característico da Primeira República no Brasil (1889-1930), onde grupos familiares detentores do poder econômico incursionavam no domínio público. Neste conceito, as elites locais, cujo poder econômico era originário da posse de latifúndios, e a político era de base familiar, assumiam funções

que deveriam ser desempenhadas pelo nascente Estado Republicano Brasileiro, uma vez que este não conseguia fazer-se presente nos locais mais afastados dos centros de poder. As elites então, personalizavam o poder e utilizavam as instituições republicanas em seu benefício.¹

Na Bahia, acreditavam esses estudiosos, que o sertão era uma região muito distante do centro de decisões, e especificamente a Chapada Diamantina, que pelas suas características geológicas, acentuava ainda mais o isolamento geográfico que refletia em isolamento político, e com isso, potencializava o poder dos coronéis desta área. A cientista social baiana Dora Leal Rosa, escrevendo sobre o mandonismo local na Chapada Diamantina, afirma que:

(...) o isolamento em que se encontravam (os trabalhadores rurais), vivendo em regiões por vezes de difícil acesso, distantes dos centros urbanos de maior expressão, contribuem para criar um tipo de situação em que o Patrão surge para o homem do campo como um intermediário entre si e o mundo de fora. ²

A falta de acesso, tanto de transporte quanto de comunicações, aos municípios sertanejos, aumentava a manutenção da estabilidade do poder dos chefes políticos locais. Neste cenário, o coronel era visto pelos moradores do sertão, como intermediário entre município e as grandes cidades onde o governo estadual estava instalado. Da mesma maneira, e com maior intensidade, esta relação se repetia para com os agregados das grandes propriedades, essas pertencentes ao político local ou a seus aliados, que viam nessas lideranças, os mantenedores das benesses e da segurança material de todo o grupo.

Nos municípios, os interesses imediatos dos proprietários se faziam sentir numa ordem "extralegal", não poucas vezes, opondo-se às disposições legais consideradas de interesse público. Assim, o poder do coronel não se resumia apenas à administração local, também era atribuído a ele ou aos seus coligados a assistência social e a execução judiciária nem sempre (na maioria das vezes) amparadas na constituição ou código penal brasileiro. Na maioria das vezes, os conflitos, crimes e até mesmo o processo eleitoral, era regido pelo

¹ Para efeito didático na construção do artigo, dentre os vários autores do período que analisaram o coronelismo na Bahia elegemos estes por considerarmos mais representativos: Pang, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias*. São Paulo : Civilização Brasileira , 1979; Rosa, Dora Leal. *O mandonismo na Chapada Diamantina*. Salvador, Bahia, Brasil : Universidade Federal da Bahia, 1973; Lins, Wilson. *O médio São Francisco*. Salvador : Progresso, 1960; Souza, Alirio Fernando. *O coronelismo no Médio São Francisco: um estudo de poder local*. Salvador : Universidade Federal da Bahia, 1973; Queiroz, Maria Izaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. [A. do livro] Boris Fausto. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo : DIFEL, 1975, Vol. I.

² Rosa, Op. Cit. P. 16

código do sertão, instituído e aplicado pelos próprios sertanejos amparados no poder político, militar e econômico do coronel.³

Para estes autores, o coronelismo apresentava características intrínsecas como: o familismo, mandonismo e principalmente a posse dos grandes latifúndios. Inerentes ao próprio fenômeno, estas proposições permitiam não somente a sua distinção, mas também a base de análise das relações políticas baianas no período inicial da República no Brasil.

O familismo, representado pelos proprietários em oposição ao Estado, impregnou a engrenagem burocrática, atraindo para as famílias extensas os cargos e funções públicas. Constituiria-se, numa manifestação republicana do poder privado concentrado nas mãos dos proprietários e seus familiares, fundado no latifúndio, na monocultura de exportação, tendo a família extensa como instituição central.⁴

O conceito de familismo também era utilizado para se referir ao um grupo de pessoas que se organizava em torno de um núcleo de parentesco, para dominar as instituições políticas e econômicas locais, cuja principal conformação era da família extensa. Era demarcado por um centro, composto pela família nuclear, ou seja, o casal branco e seus filhos legítimos, e uma periferia com um delineamento não muito claro, composta pelos agregados, afilhados, ainda poderiam estar inclusos concubinas e filhos ilegítimos, de maneira que, se formavam blocos que se ajustavam com certa harmonia e que detinham privilégios ou não a depender da intensidade das relações estabelecidas com o centro. Esta era a única maneira de ocupar os espaços nos cargos públicos dominados pela esfera privada.

Os postos de maior importância e a própria liderança da família estavam reservados aos parentes consangüíneos do chefe. A participação dos outros membros nas esferas de poder local ficava paulatinamente mais inacessível na mesma medida que o indivíduo se distanciava nas relações de parentesco. Dessa maneira, a sociedade estava organizada sobre clãs patriarcais na região da Chapada Diamantina e do Médio São Francisco.⁵

Maria Izaura Pereira de Queiroz, assim descreve as relações no interior da família extensa,

(...) apresentava, pois, a parentela, três aspectos interligados – o político, o econômico e o do parentesco – mostrando que a sociedade na qual estava implantada ora de estrutura socioeconômica e política ainda pouco diferenciada em seus setores de atividades. Setor político,

³ Cf. Código do Sertão: alguns autores afirmam que existia um código de conduta sertaneja baseada em regras próprias de vingança e punição sumária, que se sobressaiam à Constituição Brasileira. segundo Wilson Lins, o sertanejo é “gente de sangue no olho”, onde uma ofensa contra um aliado exigia reparação imediata. Lins, Op.Cit. pág. 48.

⁴ Rosa, Op.Cit. pág. 08.

⁵ Souza, Op.Cit.pág. 14.

setor econômico, setor de parentesco, reunidos, garantiam o funcionamento da sociedade e lhe davam uma característica própria.⁶

Também estava presente no fenômeno do coronelismo a prática do mandonismo, que para o sociólogo José Murilo de Carvalho é conceituado como:

(...) à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política.⁷

Este autor, embora escreva na década de noventa do século XX, comentou as idéias do advogado e sociólogo Vitor Nunes Leal, que apesar de ter escrito sobre a política municipal no Brasil na década de quarenta do século XX, seus conceitos foram bastante utilizados pelos estudiosos citados. Para Leal, o mandonismo é uma característica da política tradicional, que no Brasil, existiu desde os tempos de colônia e persiste até os dias atuais, esteve presente durante o período coronelista, no entanto se manteve após sua decadência, uma vez que para ele, o coronelismo teve seu fim com o Estado Novo Brasileiro na década de 1930. Dessa forma, o chefe local agia como “senhor absoluto”, impondo a sua vontade sobre a população baseando-se no poder econômico e político, que assumia uma dimensão ainda maior com o “exército” privado, composto por jagunços contratados para defender os interesses dos potentados locais. A essas práticas, eram fomentadas com a política dos governadores, que estabeleciam relações de troca de favores muito próximas com os chefes locais, dando a estes o poder de escolher desde a professora primária ao juiz de direito, em troca de votos e benefícios.

A posse de grandes latifúndios foi uma das características da colonização portuguesa desde o seu início que teria permanecido até os dias republicanos. No período inicial de fixação portuguesa no território que viria a ser o Estado Brasileiro, a coroa distribuía grandes extensões de terras aos “homens bons”, esses também eram responsáveis pela defesa dos interesses metropolitanos na colônia. Assim, cabia aos grandes proprietários rurais também a chefia política. Isso excluía os pobres, entretanto, vale lembrar que ser rico no Brasil Colonial era quase sinônimo de possuir vastas terras.

⁶ Queiroz, Op.Cit. pág. 167.

⁷ Carvalho, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual.” *Dados*, 1997.

A idéia de que o poder privado influenciava, e não raro determinava as ações que deveriam ser públicas, foi primeiramente formulada por dois historiadores brasileiros, que escreveram no início do século XX. Eram eles, Capistrano de Abreu e Nestor Duarte. Segundo esses autores, a sociedade brasileira desde os tempos da colônia se caracterizaria pela dualidade entre poder privado e o domínio público, com predominância do primeiro sobre o segundo. Essa relação somente foi alterada com o início do processo de industrialização do Brasil, em fins da década de vinte do século passado.⁸

Com o advento da Primeira República, apenas algumas alterações foram efetivadas, porém, a essência do poder dos grandes proprietários rurais continuaria preservada localmente, através do mandonismo e das grandes famílias patriarcais. Não houve alternância de poder com a mudança de regime. Este modelo de organização da sociedade brasileira que estava em declínio desde os fins do Império, porém somente colapsa com a Era Vargas.

2. O CORONELISMO NA CHAPADA DIAMANTINA

Embora o pioneirismo dos estudos citados tenha sido de grande relevância, após quatro décadas que distanciam deles, possibilitam um outro olhar sobre o coronelismo baiano, tomando como base a trajetória de um personagem inusitado, dentro do quadro que se pintou durante muito tempo sobre o coronelismo no sertão da Bahia. No entanto, esse coronel não era uma anomalia, era mais comum e freqüente do que descreveram os estudiosos do século XX.

Percebe-se com a análise documental disponível nos arquivos locais, que a Chapada Diamantina não estava isolada do restante da Bahia, ao contrário, estava perfeitamente integrada tanto econômica quanto politicamente ao governo baiano, e que existiam várias maneiras de um indivíduo tornar-se chefe político, e não necessariamente ser membro de uma família tradicional de possuidores de terras. O Coronel Francisco Dias Coelho e seu grupo político fazem parte de uma classe emergente, surgida das transformações econômicas em todo o sertão Baiano, principalmente na Chapada Diamantina, após a intensificação do comércio de carbonato a partir de 1871, confirmam a hipótese agora levantada.

A trajetória de Dias Coelho, contradiz o que se tinha posto sobre os coronéis do sertão baiano; não era descendente de família tradicional, não era um grande latifundiário, tampouco era conhecido com grande chefe de jagunços ou político autoritário que se utilizava da farda da Guarda Nacional para fazer valer as suas vontades. É por

⁸ Capistrano de Abreu e Nestor Duarte, foram importantes cientistas políticos brasileiros que analisaram a intromissão privada na esfera pública no Brasil ainda no início do século XX, seus principais sobre o tema são respectivamente: Abreu, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Brasília : Senado Federal, 2007; Duarte, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Nacional - Contribuição à Sociologia política Brasileira*. Rio de Janeiro : Companhia Editora Nacional, 1939.

esta série de “nãos”, que o estudo da sua vida, ou parte dela, oportuniza visualizar possibilidades diferentes do que foi tradicionalmente exposto como coronelismo baiano.

Na época do nascimento do Coronel Dias Coelho (1864), a Chapada Diamantina ainda era a maior região produtora de bovinos da Bahia. Sua localização, no centro da província, estava portanto situada numa zona intermediária entre o alto sertão baiano ao sul, e a região do São Francisco ao norte e oeste, que proporcionava não somente como zona criadora de bovinos como entreposto para as boiadas que seguiam para o litoral.⁹

A ocupação da região iniciada ainda no século XVI, levava em consideração dois aspectos principais indispensáveis à pecuária: primeiro pastagens que garantissem a alimentação dos animais; e segundo, oferta de água tanto para a criação quanto para as boiadas em trânsito para os centos consumidores. No tocante ao primeiro ponto, quase toda a Chapada Diamantina era bem servida. Porém, no que tange ao segundo, haviam problemas. Embora fosse bem servida de rios, nascentes e aguadas, a disposição destes mananciais não era bem equalizada, ou seja, a face norte da Chapada era melhor favorecida de água, ali existia uma quantidade maior de aguadas entre os rios, o que permitia que o gado não se deslocasse a distâncias muito longas à procura de água nos meses de seca (entre maio a agosto). Este foi o motivo da instalação das primeiras fazendas de gado no interior baiano, com a fazenda Boa Vista, nas margens do rio Jacuípe em Morro do Chapéu, nos últimos anos do século XVI. Quanto ao sul da Chapada, o relevo é muito acidentado e devido à altitude a vegetação não permite que a pecuária se desenvolva com potencial de abastecimento de outras regiões sendo criado o gado apenas para o seu próprio consumo.¹⁰

Desde o princípio da ocupação, esta região foi organizada na forma de grandes propriedades, destinadas à criação de gado para o abastecimento de carne do Recôncavo Baiano e das regiões mineradoras de ouro, haja vista, que os diamantes que nomeiam a Chapada Diamantina, somente foram descobertos em 1841. Estes latifúndios eram tocados por famílias de agregados, que se estabeleciam em áreas previamente determinadas das fazendas pelos proprietários. Nesses locais, os agregados desenvolviam agricultura de subsistência e praticavam a pecuária em sistema de meação com os

⁹ Para esta época, a Bahia estava dividida basicamente em duas regiões: O litoral e Recôncavo Baiano, onde estava a sede do governo e sobrevivia basicamente da cultura de cana de açúcar, o sertão. O segundo estava subdividido em mais três partes, o médio São Francisco, fronteira com Pernambuco e Piauí, o alto sertão fronteira com Minas Gerais e Goiás e o Sertão da Diamantina, que se localizava exatamente no meio da província e por isso era rota obrigatória de todas as mercadorias para o litoral.

¹⁰ Entende-se como aguada as depressões no terreno argiloso ou pedregoso no sertão da Bahia que acumulava água durante a estação das chuvas permanecendo como reservatório no período seco, sendo assim, um importante auxílio para a criação do gado.

fazendeiros¹¹. O vaqueiro, era o profissional que se responsabilizava pela criação dos animais de uma parte da fazenda, que independia das sua condição social ou de cor, poderia ser um branco pobre ou negro livre ou escravo, normalmente era o pai da família agregada, e recebia como forma de pagamento pelo seu trabalho um dentre quatro animais nascidos vivos. Este pagamento era chamado de “sorte”, feito anualmente quando os animais eram ajuntados no curral principal, que geralmente ficava ao lado da sede da fazenda, para serem ferrados e entregues ao boiadeiro, este se difere do vaqueiro por se responsabilizar apenas pelo transporte da boiada composta de 100 a 300 animais que se destinavam, junto com as tropas de mulas, que carregavam a carne seca e a banha de porco processadas na região, para os mercados consumidores, eram contratados pelos proprietários dos animais e não estabeleciam vínculos com os fazendeiros, diferente dos vaqueiros que moravam nas fazendas.

O coronel Francisco Dias Coelho era descendente de duas famílias de agregados da fazenda Gurgalha, em Morro do Chapéu. Pelo lado paterno, os mais antigos ascendentes encontrados foram o casal Simão e Ezalta Dias Coelho. Pelo lado materno, seu avô José Gomes de Araújo, foi escravo do padre Francisco Gomes de Araújo, e veio para a região com o seu senhor, assim que foi instalada a paróquia, em 1838. A avó, era Andrezza Maria do Espírito Santo, ela havia sido escrava na vila vizinha chamada Jacobina, no entanto, quando estabeleceu-se em Morro do Chapéu já era alforriada, a documentação não diz exatamente como se deu esta alforria. Os seus filhos nasceram após 1847, nesta data, o casal já era livre e amasiado, o casamento de fato aconteceu em 1853, na eminência de morte de José, como forma de fazer as pazes com a igreja.¹²

Percebe-se na trajetória dos ascendentes de Dias Coelho que, negros de condições legais (livres, libertos e escravos) ou sociais (agregados, jornaleiros e meeiros) diferenciadas se estabeleceram na Fazenda Gurgalha, onde formaram suas famílias e viveram como agregados até os respectivos óbitos, ao que a documentação aponta, não havia o abandono das terras do após a aquisição da liberdade.

As relações entre os agregados extrapolavam os simples fatores econômicos ou laborais. Faziam parte também as relações de compadrio ou parentela, estabelecendo trocas de favores, solidariedade e compromisso tanto entre os agregados, quanto entre estes e os proprietários.

¹¹ A meação foi um sistema de produção que teve o seu início na colonização do Brasil e perdura até os dias de hoje no Sertão da Bahia. Consistia numa relação laboral estabelecida entre o trabalhador não proprietário que produzia em uma área que não lhe pertencia, como pagamento entregava uma parte da produção, normalmente 50 ou 60% ao dono das terras.

¹² Desde o início do século XIX, muitos ex-escravos que compravam as suas liberdades permaneciam nas fazendas junto com seus famílias e descendentes que eram juridicamente livres, na condição de agregados.

A década de 60 do século XIX, foi muito difícil para a população da Chapada Diamantina. A economia entrou em crise com uma grande seca que se iniciou em 1859, e se prolongou até meados de 1862. Como decorrência, muitos animais morreram por falta de água e pasto, e a população sofreu com as plantações perdidas e a falta de trabalho nas propriedades. Por volta de 1868 ocorreu outra seca com trágicas conseqüências. Além disso, as epidemias de cólera e varíola em Salvador e Recôncavo diminuíram o consumo de carne e afugentaram os boiadeiros prejudicando o comércio de animais. Para completar o quadro, a crise açucareira atinge o ápice, com os preços caindo quase pela metade entre 1870 e 1871¹³.

Neste mesmo ano, faleceu na fazenda Gurgalha, Maria da Conceição Dias Coelho, mãe de Francisco. Este, então com sete anos de idade, foi entregue ao major Pedro Celestino Barbosa, homem de confiança do coronel Quintino, em Morro do Chapéu, e que já mantinha uma boa relação comercial e de afinidade com a família Dias Coelho. Com o pequeno Francisco foi também a sua irmã, Maria Dias Coelho, possivelmente uma maneira de desafogar a família de duas crianças para alimentar. Em tempos difíceis, com alimentação escassa, esta era uma forma de salvá-las dos rigores da pobreza, ao mesmo tempo em que reforçavam-se os laços de dependência.

Com a agricultura de subsistência prejudicada, e a pecuária extensiva em crise, a mineração de diamantes retorna como alternativa econômica. Primeiramente, a atividade mineradora era uma alternativa de renda para pequenos agricultores da região. O tempo livre não utilizado na agricultura de subsistência ou na pecuária era investido no fiscoamento de diamantes¹⁴. Em pouco tempo, houve forte migração para a região, pessoas de outros lugares foram atraídas pela promessa de dinheiro fácil devido ao boato de abundância de diamantes. Muitos garimpeiros se agregaram à população local, e com isso, cresceu significativamente a demografia local.

Porém, no final dos anos de 1860, os diamantes que haviam se tornado o principal produto de exportação da região, e dinamizaram a economia local, começaram a escassear. Fatores internos e externos favoreceram a decadência do diamante na Chapada Diamantina. Com a seca de 1868, a vazão dos rios perenes ficou muito baixa e os rios temporários secaram. A pouca disponibilidade de água para lavar e separar o diamante do cascalho e do ferrujão, diminuiu a produção.

Externamente, a descoberta dos campos do Transvaal na África do Sul possibilitou o domínio da União Sul-Africana no comércio de diamantes. O minério sul-africano era superior em qualidade aos brasileiros. A deflagração da Guerra Franco-prussiana, fez com que o preço do diamante caísse no mercado internacional.

¹³ Silva, Op.Cit. pág. 62.

¹⁴ Cf. Fiscoamento: era o termo utilizado para se referir aos fiscoadores, ou seja, trabalhadores rurais que eram garimpeiros ocasionais que não viviam exclusivamente da garimpagem.

Com a crise econômica, muitos produtores e compradores de diamantes locais preferiram investir na cultura de cacau do sul da Bahia, onde os rendimentos com menos riscos equivaliam aos diamantes no auge da exploração. A saída do capital desses produtores dificultou ainda mais a situação dos agregados na Chapada como um todo¹⁵. Ainda assim, as mais de duas décadas de exploração, possibilitaram o surgimento de uma nova classe no sertão. Os comerciantes de pedras preciosas começaram a acumular fortuna com os diamantes, e se consolidaram enquanto elite econômica pouco tempo depois, com a mineração de carbonato.

O carbonato, também é carbono puro da mesma forma que o diamante, no entanto é uma pedra negra e fosca, que somente viria a ter valor econômico, pelas suas propriedades industriais descobertas anos depois. Os garimpeiros da Chapada Diamantina, também chamados de faiscadores denominavam este mineral de ferrujão. Por ser um satélite do diamante, servia de referência para que os garimpeiros pudessem encontrar as gemas de maior valor. Assim que o diamante era encontrado, o carbonato era descartado, para não atrapalhar as atividades dos mineradores.

Mas só a partir de 1860, quando o engenheiro francês Leschot descobriu as suas propriedades industriais, é que o carbonato, já conhecido como tal, começou a despertar o interesse dos compradores¹⁶. A propriedade industrial mais importante do carbonato era a dureza. Os carbonatos poderiam ser utilizados na confecção de pontas de brocas, para a perfuração de rochas e foi intensamente utilizado nas minas de carvão da Europa. A Chapada Diamantina tornou-se então, produtora quase exclusiva do minério, pois, além da Bahia, somente Bornél na Oceania, produzia carbonato, mas com qualidade inferior¹⁷.

O começo da demanda de carbonato como substituto ao pó de diamante na confecção de ponta de broca, se deu em importantes obras como: abertura do canal do Suez (1859 – 1869); o túnel ferroviário de São Gotardo na Suíça (1881); e a ampliação do uso do transporte ferroviário com trens movidos a vapor, e com isso a demanda por carvão mineral na Europa. O auge do consumo de carbonatos foi com o metrô de Paris inaugurado em 1900 e do metrô de Berlim em 1902, e, com a abertura do Canal do Panamá em 1905. Neste meio tempo, grandes construções internacionais reforçaram a necessidade crescente do carbonato. A partir do fim da primeira década do século XX, o carbonato passou a ser utilizado também na indústria mecânica para usinagem e polimento de peças.

¹⁵ Melo, Op.Cit. Pág. 45

¹⁶ Idem. P.108

¹⁷ Mattoso, Kátia de Queiróz. *Família e Sociedade na Bahia do Século XIX*. São Paulo : Currupio, 1988. Pág. 466.

Uma informação de Gonçalo de Athayde Pereira, escrita em 1905 e citada por José Martins Catharino, descreve como se deu o início do ciclo do carbonato na Chapada:

“Antigamente não se conhecia o carbonato e por isso eram atirados como pedras imprestáveis. Há notícias de um francês que, em Andaraí teria sido a primeira pessoa a se interessar pela compra do carbonato, então denominado ferrujão. Anos após a descoberta das Lavras, sei que um francês, que residia em Andaraí principiou a comprar certas pedras, às quais dava o nome de ferrujão (ferrugem grande) chegando a comprá-las a 160 reis a oitava ou 17,5 quilates (...) o tal francês seria A. Chabaribere”¹⁸.

Segundo o jornal Diário de Notícias de Salvador, o valor do carbonato era de 70\$000 por grama, enquanto que o gado vacum era de 30\$000 por cabeça¹⁹. Ou seja, um grama de carbonato equivalia a quase duas cabeças e meia de gado bovino. Os garimpeiros recebiam no máximo 10% do que era minerado ficando o atravessador, com praticamente 90% do valor produzido. Foi como atravessador que o Coronel Dias Coelho construiu a sua fortuna²⁰.

Logo no início do comércio de carbonato, Francisco Dias Coelho trabalhava como tabelião de notas no cartório local. Provavelmente, aproveitando os contatos estabelecidos, iniciou as atividades como atravessador no comércio de pedras no sertão mantendo relação comercial com a empresa que comercializavam o produto com a Europa. Ele se tornou o principal fornecedor do produto na Chapada, comprando dos faiscadores e vendendo aos europeus. Segundo o historiador Eul-Soo Pang, no início do século XX, era o maior comerciante de pedras da Bahia e um dos dez mais influentes coronéis do Estado²¹.

Para alcançar novos postos na política local, tendo em vista que a cor da pele era um elemento importante de estratificação social, cristalizada na cultura política da época. Através da riqueza e do prestígio ele conseguiu superar as barreiras da cor. A obtenção da patente foi o elemento decisivo na ascensão política do Coronel Dias Coelho, valendo-se das brechas proporcionadas pela Guarda Nacional. O mesmo aconteceu com os outros grandes comerciantes locais, de acordo com o tamanho da sua fortuna compravam patetes da Guarda, dando uma cor negra à instituição na Chapada Diamantina. A historiadora Jeane Berrance de Castro, escrevendo sobre esta instituição, afirma que:

¹⁸ Catharino, José Martins. *Garimpo, garimpeiro, garimpagem*. Rio de Janeiro : Pholibliblion, 1970. Pág.108.

¹⁹ Diário de Notícias 08/01/1905.

²⁰ Catharino, Op.Cit. pág. 108.

²¹ Pang, Op.Cit. pág. 119.

Otra mirada sobre el coronelismo del interior de Bahía Noreste

“A Guarda Nacional foi a primeira instituição oficial que fez cessar a distinção de cor, o que a tornou essencialmente nova e moderna ao enfrentar o problema das relações étnicas, num regime que reconhecia a escravidão como legítima”²².

Em 1898, Dias Coelho candidatou-se a intendente municipal (o cargo de maior prestígio na administração local, exercido normalmente pelo líder do grupo ou por um aliado mais próximo). Ele rompeu relações políticas e concorreu com o major Pedro Celestino Barbosa, seu antigo patrão. Dias Coelho foi derrotado nas eleições com um resultado de 495 a 76 votos. ²³ Ficava evidente então, que não tinha ainda respaldo político para ser eleito e que não havia espaço para ele neste grupo, que seguia a tradição do coronel Quintino e comando do major Barbosa.

Em Morro do Chapéu, coube ao major Barbosa herdar o espólio político do antigo chefe político que comandava o norte da Chapada Diamantina desde meados do século XIX, o coronel Quintino Soares da Rocha, falecido em 1880, já que este não teve filhos e nem deixou herdeiros diretos envolvidos com a política. O major ficou incumbido de assumir a liderança perante a família e o grupo político. Ele era o homem de confiança e representante do coronel na sede do município desde muito tempo. O embate estava instalado. De um lado estava a classe dos proprietários que tradicionalmente dominava a política do sertão, quando a pecuária garantia o seu poder econômico, e do outro, os comerciantes que ascenderam e a partir de então dominavam a economia regional.

Seguindo o ponto de vista de organização familiocrática de poder político, o Coronel Dias Coelho estava fora da linha de sucessão da liderança política no município de Morro do Chapéu. Contava contra ele vários fatores: não era parente consanguíneo do coronel Quintino; descendia de duas famílias de negros agregados na Fazenda Gurgalha, sendo que em uma delas tinha como patriarca um escravo africano; e, sobretudo a cor da pele, computava contra a ascensão política de Dias Coelho, considerando, sobretudo o preconceito racial e a resistência das elites locais - dentre esta, muitos ex-senhores de escravos - resistentes de terem como líder alguém que descendia de cativos.

Devido à cor da pele do líder e da maioria dos expoentes, o novo partido foi apelidado de forma pejorativa pelos seus opositores de “Coquís”, numa alusão ao coquí, um pássaro preto, de canto alto e ruidoso muito comum nesta região da Chapada Diamantina. A

²² Castro, Jeanne Berrance de. *A milícia Cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1855*. 2ed. São Paulo : Ed. Nacional, 1979. pág. 136.

²³ Arquivo da Câmara Municipal de Morro do Chapéu – Bahia. - livro de atas de 1898 a 1915. p 4.

“zoologia política era algo comum em todo o Brasil desde o Império, era comum denegrir o grupo opositor com alcunha de animais”.²⁴

A organização do partido começou com familiares de dois antigos desafetos do coronel Quintino: o professor Antônio Gabriel de Oliveira e Honório Pereira. O primeiro, era professor de primeiras letras e tradutor de francês. Tornou uma espécie de biógrafo e historiador local. Chegou a publicar artigo na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, em 1919, e um levantamento histórico do município registrado no livro de tombo da igreja local. O professor exercia a função de “eminência parda” no partido. Já Honório Pereira exercia a profissão de sapateiro na cidade; era ele quem distribuía folhetos com as mensagens ou críticas aos opositores, em alguns momentos, publicou jornais de circulação local com o intuito de divulgar as idéias do partido.

As mulheres da elite tinham papel ativo na sociedade sertaneja, cabia a elas além das funções domésticas, a administração da casa, das chácaras e hortas, também assumiam a função de “relações públicas” arregimentando parentes pobres, prestando auxílio aos mais necessitados e com isso reforçavam os laços de compadrio, dando atenção aos afilhados, promovendo festas e amenizando intrigas. Elas exerciam importantes funções, as quais o seu marido não tinha tempo de se dedicar²⁵. Na ausência de uma esposa que cumprisse estas funções, a irmã do Coronel Dias Coelho incorporou esse papel. Mesmo depois do seu casamento, era ela quem cuidava da coesão do grupo. Foi também lhe creditada a introdução da festa de São Benedito em Morro do Chapéu. Uma contradição na liturgia católica da época, pois a padroeira oficial da paróquia era Nossa Senhora da Graça, a partir dos primeiros anos do século XX, o santo negro passou a dividir com a padroeira o altar-mor da Igreja Matriz. Esta pode ter sido uma maneira de legitimar o governo de Dias Coelho e ao mesmo tempo responder de forma simbólica aos preconceitos dos opositores.

As festas dos dois santos ocorriam em períodos bem próximos, sendo que a de Nossa Senhora da Graça era mais formal e solene, com novena dentro da igreja. As festividades de São Benedito eram realizadas na rua com muita música, dança e divertimentos populares. No início do século, a elite local participava das festas de Nossa Senhora da Graça. O povo, de uma maneira geral se apresentava mais na de São Benedito. Mas, o Coronel Dias Coelho participava das duas.

Dentre os mais destacados membros do partido dos “Coquís” estavam Antonio de Souza Benta e Horácio de Matos, ambos eram originários do Sul da Chapada Diamantina e radicam-se em Morro do Chapéu com o crescimento do comércio de pedras preciosas. O primeiro era mestiço, oriundo da vila de Santa Izabel do Paraguassú –

²⁴ Morel, Marco. “Animais, monstros e disformidades: a zoologia política na construção do Império do Brasil.” *Estudos Históricos* n.13. p24 (1999)

²⁵ Arquivo da Câmara Municipal de Morro do Chapéu – Bahia. - livro de atas de 1898 a 1915. p.38.

hoje cidade de Mucugê. Era um conhecido chefe de jagunços, através da influência do Coronel Dias Coelho ele conseguiu a patente de Alferes, depois major, até atingir a patente de Tenente-Coronel no posto de Comandante Superior da Guarda Nacional, após o falecimento do líder. Benta exercia muita influência entre os garimpeiros e cabras do município. Um dos mais prósperos garimpos da região ficava nas terras de sua fazenda Martim Afonso. Após a morte do líder do grupo em 1919, seria sucessor no comando do município, até falecer na década de 40 do século XX.²⁶

Horácio Queiroz de Matos nasceu em Chapada Velha, hoje município de Lençóis. Desde muito jovem estava acostumado às lutas, combates e mortes que com frequência envolviam a sua família. Veio a Morro do Chapéu junto com o tio Clementino de Matos, um dos mais conhecidos chefes de jagunços do sertão baiano no século XIX, contratados pela viúva do Coronel Quintino para resolver conflitos de terras.²⁷ Estabeleceu-se em Morro do Chapéu como “capangueiro” onde permaneceu até 1910. Neste ínterim, torna-se amigo e aliado do Coronel Dias Coelho, de quem ganhou a patente de Alferes da Guarda Nacional em fins do século XIX. Após a morte do tio, Horácio de Matos retornou a Lençóis e assumiu o comando da família. Envolveu-se em vários conflitos armados na Chapada Diamantina resultaram em mortes por motivos políticos ou de vingança.²⁸ Mesmo depois de se mudar para a outra extremidade da Chapada em 1910, manteve os laços de solidariedade e apoio de armas ao Coronel Dias Coelho, de quem continuou amigo e aliado até o falecimento deste em 1919. Na segunda e terceira década do século XX, Horácio de Matos tornou-se o mais influente coronel do interior baiano caracterizado pelo brasilianista Eul-Soo Pang como “super coronel”, morreu assassinado em Salvador em 1931²⁹.

Na composição social do partido, também brancos pobres, trabalhavam como profissionais liberais, mas que tinham pouco ou nenhum poder econômico. Para esses, as possibilidades de atuar no grupo político que tradicionalmente, estabelecido eram poucas e restritas. Portanto, aliar-se a um grupo de emergentes que aspiravam o poder representava uma oportunidade de ascensão.

As funções desempenhadas por cada membro dos Coquís dentro de um projeto de ascensão política eram claramente definidas: o professor Antônio Gabriel, o sapateiro Honório Pereira, o fotógrafo Euricles Barreto e o músico Cícero Lemos eram responsáveis pela construção da imagem pública do Coronel como um homem culto,

²⁶ Para o sertão baiano, jagunço é uma espécie de mercenário contratado para defender a propriedade ou a pessoa, que neste caso é melhor designado como capanga, o pistoleiro era o assassino de aluguel contratado para eliminar algum desafeto, normalmente não conhecia nem a vítima nem o mandante somente o agenciador e o cabra eram os agregados das fazendas que em momentos de necessidade pegavam em armas para defender a propriedade.

²⁷ CHAGAS. op. cit. p.10.

²⁸ ROSA, op. cit. p. 64.

²⁹ PANG. op. cit. p. 216.

amante das artes e caridoso. Francisco Nery Batista e sua esposa auxiliavam nos negócios pessoais, na administração das fazendas e dos animais. Souza Benta e Horácio de Matos faziam o trabalho "menos limpo", comandando jagunços que atuavam na segurança pessoal e patrimonial do chefe, além da coação e ameaças aos opositores, especialmente nos garimpos. Essa práticas eram comuns no sertão baiano da Primeira República.

Em oposição aos Coquís estava o grupo do major Pedro Celestino Barbosa apelidado de Mememés. O nome do grupo também era um pejorativo dado pelos opositores, aludindo aos bodes brancos largamente criados nas áreas de caatinga pedregosa das cercanias da cidade.

Com a mudança na principal matriz econômica da região, os fazendeiros tiveram duas perdas grandes: primeiro, com poder econômico em decadência e a influência sobre os trabalhadores das fazendas também diminuiu; grande parte das propriedades foram compradas pelos emergentes comerciantes de pedras preciosas. Dessa maneira, Mememés e Coquís eram representações políticas das elites que comandavam as principais atividades econômicas da região. De um lado os fazendeiros decadentes pela crise na pecuária; do outro, os novos-ricos que ascenderam com o garimpo de pedras preciosas.

O resultado da primeira eleição foi catastrófico para o grupo do Coronel Dias Coelho. Foram apurados 485 votos para o major Pedro Celestino, contra setenta e seis para o Coronel Dias Coelho.

Após os resultados das eleições de 1899, houve por parte dos Coquís uma intensificação na construção da imagem pública do Coronel Dias Coelho. Mesmo com a inexperiência em eleições, os Coquís conseguiram eleger três dentre os sete conselheiros municipais do pleito. Os maus resultados na eleição para intendência apontaram caminhos a serem seguidos nos sufrágios seguintes. As estratégias escolhidas foram em primeiro lugar, utilizar os conselheiros eleitos para reforçar a influência do partido no Conselho Municipal, e assim, conquistar novos eleitores; em segundo construir a imagem pública do Coronel para as camadas populares onde tinha trânsito graças ao contato direto com os garimpeiros com a mineração e com investimentos pessoais em fazendas e gado, relacionando-se com pequenos produtores e agregados; E, também importante fazer-se presente na elite, não como adversário, mas como um igual, essa foi a parte mais difícil, pois a escravidão no Brasil havia sido abolida apenas dez anos antes.

Pouco tempo após a posse no Conselho Municipal, o conselheiro eleito pelos Coquís Francisco Nery Batista, que era cunhado e sócio em empresas do Coronel, assumiu a presidência. No Conselho, os Coquís se empenharam em obras de melhorias estruturais na cidade como reforma de estradas, conservação de ruas e a abertura de asilos de órfãos e idosos, e o mais importante para eles neste momento, abertura de escolas tanto na vila quanto nas maiores povoações do município.

Outra medida foi utilizar variados instrumentos para que a imagem do Coronel chegasse a todas as partes do município. Um dos principais recursos de veiculação da imagem do Coronel Dias Coelho foi a fotografia. No final do século XIX e início do século XX, tornou-se comum entre as pessoas abastadas a distribuição de fotografias aos familiares e amigos mais próximos. Os Coquís estenderam este costume aos correligionários e às famílias das camadas populares e aproximaram a figura do Coronel das pessoas que tinham a possibilidade de vê-lo, e que não receberiam retratos de amigos ou parentes ricos. Esta atitude era compreendida pelo recebedor da fotografia como um ato de amizade.

Nas fotografias, as imagens apresentadas eram diferenciadas a depender da camada social à qual eram dirigidas. Para os mais pobres, eram distribuídas fotografias do coronel envergando a farda da Guarda Nacional, assentado na cadeira que se assemelhava a um trono, com o semblante tranqüilo e imponente. Talvez, a invenção fosse aproximar a população pobre do chefe político, como se um dos negros e pobres, estivesse ali representado. Nessa fotografia existem elementos importantes a serem destacados: primeiro, a imagem não foi tratada na revelação do negativo para demonstrar traços físicos mais próximos de uma pessoa branca; segundo, o enquadramento da fotografia é feito de maneira a exaltar toda a imponência da farda da Guarda Nacional, mostrando os seus detalhes como botões, ombreiras, cinturões e punhos.

Para a elite, a fotografia era outra. Ele aparece com um terno, aparentemente bem ajustado com uma gravata alinhada, também demonstrando tranqüilidade com um semblante mais grave e solene, mas em nada lembra a fotografia da farda, exceto pelo personagem fotografado. Para o destinatário desta foto, a imagem transmitia que o personagem retratado era um dos seus, também culto e rico, embora a fotografia não negasse a cor da sua pele.

Em 1902, junto com o professor Antonio Gabriel, Dias Coelho fundou o Grêmio Literário de Morro do Chapéu. O grêmio era composto por uma biblioteca, um salão de jogos e uma orquestra filarmônica que também era escola de música. Oficialmente, o Grêmio Literário era aberto a todas as pessoas, na prática, o acesso era para a elite local que se interessava pela cultura erudita. Aos pobres, o acesso era restrito à escola de música, que tinha como uma de suas funções formar músicos para animar as festas religiosas e seculares da cidade. No entanto, os pobres viam nessa possibilidade, uma forma de ascensão. Executar um instrumento na filarmônica, significava uma oportunidade também de ser alfabetizado, uma vez que teria que aprender a ler partitura e para isso teria que aprender também a ler e escrever.

Todas as camadas sociais da população de Morro do Chapéu comemoravam na mesma data o carnaval. Porém, esta festa também apresentava duas facetas, uma no clube social, animado pela filarmônica. Outra nas ruas e nos povoados onde a população pobre

festejava. O Coronel sempre se fazia presente nas duas, aproximando-se de ambos os lados.

A data cívica mais comemorada na cidade era o Dois de Julho, nesse dia segundo alguns memorialistas eram realizados desfiles com a Guarda Nacional e escolas do município. O Coronel Dias Coelho, na condição de Comandante Superior da Guarda Nacional, envergava a farda de gala e comandava o desfile³⁰.

No âmbito pessoal, o dia 3 de dezembro, aniversário do chefe político. A data transformou-se na cidade em um feriado não oficial, o dia do aniversário era comemorado, com o patrocínio do próprio aniversariante. Todos os setores da sociedade participavam das comemorações.

Estas aparições em eventos públicos proporcionavam ao Coronel uma visibilidade muito grande perante a população, numa época em que os meios de comunicação eram precários, e, no caso de Morro do Chapéu chegavam a ser inexistentes. Estar com os pobres e com as elites, mesmo que algumas vezes em eventos distintos, proporcionou ao Coronel Dias Coelho a proximidade necessária para que todos os setores da sociedade local o vissem como líder e como exemplo a ser seguido.

Quando Nery Batista assumiu a presidência do Conselho pela primeira vez, na virada do século XIX para o XX, foram criadas escolas municipais de primeiras letras, nos distritos mais importantes. Nos locais onde não havia condições de instalar uma escola regular foram contratados professores para lecionarem em classes mistas que chamaremos de "classes avulsas". Por não se tratar de escolas formais, tinham como único objetivo alfabetizar uma quantidade de alunos, determinada pelo Conselho Municipal. Os professores eram contratados pela Intendência Municipal por um período de um ano e deveriam formar turmas de, no máximo 25 alunos pobres de ambos os sexos, indicadas, segundo o texto do Livro de Atas, pelos chefes políticos do distrito e fiscalizados pelo próprio Conselho com informações da comunidade onde estava situada a classe³¹.

No período compreendido entre a primeira eleição disputada pelos Coquís em 1898 e, quando conquistaram a Intendência Municipal em 1903, o crescimento no número de eleitores foi de 47,5%, um número relativamente pequeno se comparado ao crescimento obtido nos anos posteriores. De 1903 a 1915, período que compreende da primeira vitória dos Coquís à última eleição do Coronel Dias Coelho, o crescimento foi de 329.9%.

Sob o governo do partido de negros e mestiços no município, houve um crescimento 2250% (dois mil duzentos e cinqüenta por cento)

³⁰ Até meados do século XX, o feriado de dois de julho era o mais popular na Bahia, comemorava-se as lutas pela independência da Bahia ocorrida quase um ano depois da Independência do Brasil em 7 de setembro de 1922.

³¹ Arquivo da Câmara Municipal de Morro do Chapéu – Bahia. - livro de atas de 1898 a 1915. p.30

no número de alunos registrados pelo Conselho Municipal. Este número é significativo considerando que de 1899 até 1903, quando ainda não estavam no poder, os investimentos em educação permaneceram estagnados, restringia-se somente a uma escola com vinte e oito alunos matriculados. Nos quatro anos posteriores, sob o mando dos Coquís, o número de escolas passou para seis e foram contratados cinco professores para ministrar aulas avulsas.

A partir de 1910, o Coronel Dias Coelho deixou a tesouraria e a contadoria da Intendência e começou a governar de fato e de direito o município, os investimentos ficaram ainda maiores a partir de então. Em 1911, já eram sete escolas e oito professores.

Com Dias Coelho como intendente, houve um maior crescimento na quantidade de escolas, que passou de sete para 10 e dobrou o número de professores contratados para locais onde não havia condição de implantar uma escola. Neste mesmo período houve um crescimento de 293,7% no número de alunos alfabetizados por estes professores. Isso comparado ao aumento de 49,5% no número de eleitores³².

Outro meio de construir a imagem pública foi o jornal local "Correio do Sertão", financiado pelo coronel desde 1917, noticiava semanalmente as atividades do partido e as notícias regionais. Meses antes da sua morte o jornal informava sobre o estado de saúde e os detalhes da vida pública do Coronel. Sempre era noticiada a presença de Dias Coelho em eventos públicos, inaugurações, propostas e, principalmente, sobre o seu cotidiano, desde quem o visitava quando se tratava de alguém importante até os telegramas de personalidades da Bahia que ele recebia. No dia 3 de Dezembro foram impressas edições especiais comemorando a datas de aniversário do Coronel e reportando com certa riqueza de detalhes o que houvera acontecido nas comemorações tanto na cidade em geral quanto as homenagens na residência do Coronel³³.

Até a morte do coronel negro foi transformada em espetáculo. Às 4 da manhã, do dia 19 de fevereiro de 1919, deu-se o falecimento. Era uma madrugada de sábado, tradicional dia de feira livre na cidade, quando as pessoas vinham da zona rural para comprar os víveres que faltavam em suas moradias, e vender o seu excedente. A feira livre era também o local onde as notícias eram veiculadas. O jornal local era distribuído neste dia, provavelmente, alguns parentes e correligionários estavam de vigília, próximos ao convalescente. Nas horas que antecediam o amanhecer, era o horário em que as pessoas costumavam montar as barracas na feira livre, assim, o movimento na rua já estava se intensificando. Como já era de se esperar a notícia rapidamente correu a cidade, aparentemente a comoção foi

³² Os números de alunos e eleitores foram obtidos na observação dos livros de atas do Conselho Municipal de Morro do Chapéu de 1908 a 1915, estes livros encontram-se no Arquivo da Câmara Municipal de Morro do Chapéu.

³³ Respectivamente Correio do Sertão, 3 de dezembro de 1917 e 3 de dezembro de 1918.

generalizada, a cidade estava movimentada por causa da feira e muitas pessoas já esperavam este desfecho para a vida do Coronel.

O falecimento e o funeral foram assim noticiados em Morro do Chapéu pelo Correio do Sertão em uma edição especial destinada exclusivamente ao acontecimento. Nesta edição do jornal, notícias se misturavam com poesias e declarações de pessoas importantes da cidade numa espécie de despedida do líder que acabava de ser sepultado:

“A mão inexorável da morte acaba de roubar ao Morro do Chapéu o maior dos seus filhos – O Coronel Francisco Dias Coelho. Com ambas as mãos trementes a suster-lhe a fronte macilenta, a sua pátria-natal chora, neste momento, a memória do seu grande morto, que em vida, soube manter honestamente a concórdia, o bem comum, o enaltecimento da terra que lhe serviu de berço. Coração nobre, grande, magnânimo, nobre de bondade, grande de benemerência, magnânimo de caridade. O Coronel Francisco Dias Coelho, com um sorriso nos lábios, cativava ao forasteiro, animava ao fraco, mostrava o caminho do dever aos viajantes perdidos da existência, protegia aos pobres, numa paciência exemplar e digna de apreço. A sua morte abriu um vácuo imenso no coração do município de Morro do Chapéu; a sua falta será indubitavelmente impreenchível. Chefe modelo, de fino trato, de largos ideais, ele abafava o alvoroço espontâneo da política, a fim de cumprir a toda risca o seu programa governamental, a fim de manter a ordem progressista de seu município, guardando silenciosamente no escrínio de sua alma todas as contrariedades que lhe apareciam momentaneamente na escabrosa rotina da política. Vestido pela ultima vez com a sua farda, o Coronel Francisco Dias Coelho parecia dormir. Durante todo o dia, de hora em hora, momento em momento, de diferentes lugares do município chegavam pessoas amigas que vinham render-lhe o derradeiro tributo de amizade e gratidão ao seu inesquecível chefe. Às 8 horas da manhã do dia 20 de fevereiro efetuou o seu enterramento na capela de Nossa Senhora da Soledade”³⁴.

Um caráter quase que messiânico foi dado ao Coronel Dias Coelho no momento da sua morte. As suas virtudes o colocavam acima de todos os cidadãos comuns da cidade e as suas características de lideranças eram evidenciadas, tanto quanto a

³⁴ Idem, 23 de fevereiro de 1919.

sua nobreza de caráter e bondade. A imagem pública construída anos antes pareceu ter o seu ápice neste momento. Um sepultamento digno de tão grande líder era é o que evidenciava o jornal. A única coisa que diminuiria a comoção generalizada na cidade com o falecimento de Dias Coelho seria um funeral merecedor da sua “grandeza”.

No entanto, as lideranças estaduais também perceberam a oportunidade agradar a população sertaneja, homenageando o seu líder. O Jornal da capital da Bahia chamado “*Diário de Notícias*”, na época jornal da situação, ligado ao governo do Estado assim se referiu à sua morte:

“Um distinto conterrâneo nosso acaba de desaparecer com a morte; o Coronel Francisco Dias Coelho, sertanejo de real e benéfica influência em vasta zona do interior. Merecida e geralmente acatado pelo seu caráter e inteligência, que punha sempre, devotadamente, a serviço do progresso das zonas em que influía, tendo muitos benefícios, às suas custas, levar a efeito”³⁵.

Apesar de economizar nos elogios, o *Diário de Notícias* não deixou de evidenciar o caráter, inteligência, e principalmente a influência exercida pelo Coronel em seus domínios. Mostrava também que os benefícios e obras advindos para a cidade foram devidos à influência dele.

Ainda em vida, o Coronel Dias Coelho sabia o que as pessoas pensavam a respeito da cor da sua pele. Este desafio fora vencido na sua ascensão econômica, política e principalmente social, tanto na região da Chapada Diamantina como na capital do Estado da Bahia. Muitos anos depois, o preconceito racial era evidenciado até mesmo entre os seus correligionários, que levou a duas reações distintas na manutenção do mito do Coronel após a sua morte.

Nas comemorações de trinta anos de falecimento, o *Correio do Sertão* publicou uma das suas homenagens:

A 19 deste mês passará o trigésimo aniversário do falecimento, nesta cidade, do Coronel Francisco Dias Coelho – o grande filho de nossa terra, que, nos anais de nossa história, deixou o seu nome brilhantemente imortalizado para sempre.

Apesar da cor da sua epiderme (grifo nosso), Dias Coelho, distinto, generoso, trabalhador e progressista, tinha como que o condão de atrair a simpatia de quem o aproximava. Foi realmente um homem raro, de envergadura notável, de caráter sem jaça e de um valor extraordinário – o orgulho de um povo, o dínamo que fazia gerar a vida, progresso e alegria para Morro do Chapéu.

³⁵ *Diário de Notícias*, 23 de fevereiro de 1919.

Há trinta anos que Dias Coelho morreu. Mas sua memória vive na gratidão e no respeito daqueles que tiveram a felicidade de o conhecer, daqueles que notaram de perto o seu valor social e a exemplar abnegação pelo bem comum.

A Dias Coelho, o “Correio do Sertão” presta esta modesta homenagem, sincera e respeitosa.³⁶

A “sincera e respeitosa” homenagem ressalta as qualidades atribuídas ao chefe político, porém reafirma que nenhuma delas era própria dos negros, uma vez que ele as tinha “apesar” da cor da sua pele, o “Correio do Sertão” demonstrou o preconceito racial, que era corrente, por toda a elite local, mesmo muitos anos depois do seu falecimento. Evidenciou também, que mesmo entre alguns dos seus correligionários mais próximos a cor da sua pele era tolerada mas não aceita, somente a título de recordação, o “Correio do Sertão” fora fundado e neste momento era dirigido pelo sapateiro Honório Pereira, que era membro dos Coquís desde momento da sua fundação. Mesmo tendo convivido tantos anos com o chefe, e que o seu jornal também tenha sido financiado por ele, o jornalista demonstra o que ele e a elite local pensavam a respeito dos negros.

O partido político criado por Dias Coelho chegou ao seu fim em 1946, com o falecimento de Antonio de Souza Benta, que até esta data havia tomado o comando do município, embora não tivesse a mesma expressão regional e estadual que o líder anterior.

Com a morte de Benta e a ascensão de um novo grupo ao poder se inicia na cidade um processo de apagamento da memória do Coronel Dias Coelho, por parte de um novo grupo emergente no fim da década de 40 do século XX. O Correio do Sertão sob nova direção como os herdeiros de Honório Pereira deixou paulatinamente de rememorar o Coronel Dias Coelho. Outros mitos começam a ser criados e a festa de São Benedito foi deixando de ser financiada pela prefeitura.

O processo de desmobilização da memória do Coronel culmina com a retirada do nome do Coronel dos espaços públicos, que terá o seu ápice quando a escola de 1º grau fundada pelo mesmo e que tinha o seu nome Grupo Escolar Coronel Dias Coelho, foi “privatizada” através de um acordo na década de 60 do padre local com o prefeito que transformaram uma escola pública em um colégio particular sob a direção do padre, com o nome de Colégio Nossa Senhora da Graça.

3. CONCLUSÕES

A trajetória do Coronel Francisco Dias Coelho, aponta para uma análise historiográfica que ainda não foi feita sobre o coronelismo na

³⁶ Correio do Sertão, 15 de fevereiro de 1949.

Bahia. Apesar de ter sido em sua época um dos homens mais influentes do estado, sua trajetória nunca foi analisada com profundidade e, portanto, fatores que poderiam direcionar a análise para outros caminhos deixaram de ser feitas.

Podemos concluir que no coronelismo baiano a guarda nacional teve papel determinante, fazer parte da instituição possibilitava uma série de benesses que se ajustava perfeitamente ao cenário político sertanejo e, isso aconteceu desde a sua fundação ainda no período imperial brasileiro. Portanto, apesar do fenômeno coronelístico ganhar “fôlego” com o advento da República no Brasil, o coronelismo já existia e era bastante atuante desde o período imperial. Assim, não poderemos considerar o coronelismo como um fenômeno historicamente datado no período conhecido como Primeira República Brasileira (1889-1930), por que os coronéis baianos existiam e comandavam antes e, continuaram existindo mesmo após a dissolução da Guarda nacional.

Também não foi o isolamento geográfico e político que permitiu que o coronelismo se mantivesse. Apesar da distância geográfica, a Chapada Diamantina mantinha um intercâmbio econômico e político intenso com a capital do estado, esse intenso trânsito de mercadorias e pessoas integravam a região, possibilitando que os chefes políticos exercessem sua influência nas decisões políticas da capital.

Percebe-se também que as relações baseadas no paternalismo eram essenciais para a manutenção das elites políticas no poder, e, pensamos o paternalismo não verticalmente, onde o coronel exercia sua autoridade favorecendo aos seus, mas como uma troca de favores e relações afetivas entre a população e o chefe local, e entre este e os governadores que por estarem distantes necessitavam dessa intermediação.

Assim, percebe-se que o coronel Dias Coelho e os Coquís agiam estrategicamente com um projeto político bem definido, que garantiu a dominação e a permanência na política e economia do sertão baiano. O seu coronelismo longe de ser sinônimo de truculência e atraso, representava um conjunto de eficientes estratégias que possibilitaram a manutenção do poder local em um determinado lapso de tempo.

Bibliografia

- Abreu, Capistrano de. Capítulos de História Colonial. Brasília: Senado Federal, 2007.
- Carvalho, José Murilo de. "Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual." Dados 1997.
- Castro, Jeanne Berrance de. A milícia Cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1855. 2. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- Catharino, José Martins. Garimpo, garimpeiro, garimpagem. Rio de Janeiro: Pholibliblion, 1970.
- Chagas, Américo. O Chefe Horácio de Matos. São Paulo: Difel, 1982.
- Cunegundes, Jubilino. Morro do Chapéu: um pouco de sua história, sua vida político-administrativa, suas belezas e sua gente. Salvador: EGBa, 1999.
- Duarte, Nestor. A Ordem Privada e a Organização Nacional - Contribuição à Sociologia política Brasileira. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939.
- Lins, Wilson. O médio São Francisco. Salvador: Progresso, 1960.
- Mattoso, Kátia de Queiróz. Família e Sociedade na Bahia do Século XIX. São Paulo: Currupio, 1988.
- Mello, Maria Alba Guedes Machado. História polític do Baixo e Médio São Francisco: um estudo de caso de coronelismo. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1989.
- Moraes, Walfrido. Jagunços e heróis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- Morel, Marco. "Animais, monstros e disformidades: a zoologia política na construção do Império do Brasil." Estudos Históricos 13.24 (1999).
- Pang, Eul-Soo. Coronelismo e Oligarquias. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.
- Queiroz, Maria Izaura Pereira de. "O coronelismo numa interpretação sociologica." Fausto, Boris. História geral da Civilização Brasileira. Vol. I. São Paulo: DIFEL, 1975.
- Rosa, Dora Leal. "O mandonismo na Chapada Diamantina." Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1973.
- Silva, Eduardo. D, Obá II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensameto de um homem livre de cor. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- Souza, Alirio Fernando. O coronelismo no Médio São Francisco: um estudo de poder local. Salvador: Universidade federal da Bahia, 1973.